

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 45

Aos nove dias do mês de Janeiro de mil novecentos e noventa e seis, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, para a quarta reunião da sessão ordinária do mês de Dezembro, sob a Presidência do Presidente, Rogério da Silva Leitão, Secretariado pelos Vogais, António de Sousa Dinis Correia e José Arménio Sequeira Pereira, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários, sendo este último em substituição legal do titular do cargo e com a presença dos Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, João Pedro Simões Dias, Diogo Manuel Soares Machado, José Alberto Martins de Carvalho, Artur Lopes Lobo, Joaquim dos Santos Abreu, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Carlos Manuel da Silva Santos, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Raul Ventura Martins, Custódio das Neves Lopes Ramos e João Alberto Simões Barbosa.

Pelas 21,00 Horas, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, José Maria Dias da Silva, Vitor Manuel da Silva Martins, Artur da Rosa Pires, Francisco Manuel Alves da

Costa Braga, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Joaquim António Calheiros da Silveira, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Álvaro Patrício do Bem e Libério da Silva Santos.

Seguidamente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais, João Ferreira da Peixinha, Custódio das Neves Lopes Ramos, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Jorge Manuel do Nascimento, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, João Pedro Simões Dias e Joaquim dos Santos Abreu.

Imediatamente a seguir retomou-se a apreciação e discussão do **PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL**, no seguinte objectivo:

OBJECTIVO 09 - COMUNICAÇÃO E TRANSPORTES

Vogal Armando Vieira:

"Neste objectivo ao longo destes anos, dez anos que já levo disto, tenho constatado que as grandes obras nunca beneficiam a Freguesia de Oliveirinha e uma vez mais isso vai acontecendo e tenho que constatar que há obras que têm início, que pretende aqui dizer-se que vão beneficiar a Freguesia de Oliveirinha, mas que ao longo dos anos se tem verificado que beneficiam outras freguesias e não chegam a Oliveirinha e uma vez mais se vai verificar que infraestruturas de grande dimensão, do concelho, vão beneficiar por exemplo neste caso, a Freguesia de Aradas, e eu acho bem que é preciso que se faça em Aradas, não estou contra que se faça, quero pedir ao Sr. Presidente da Câmara que cuide de que esta obra de importância transcendente, nomeadamente a recuperação da E.N. 235, que se estenda até ao limite do concelho, e que isso não tenha dúvidas para ninguém, porque é no troço compreendido entre a Capela de Quintans e a Discoteca Estação da Luz, que têm ocorrido acidentes mortais, ocasionando dezoito mortes nos últimos cinco anos; uma vez mais falo neste assunto e peço ao Sr. Presidente da Câmara o empenhamento pessoal para que isto aconteça.

Quanto à recuperação aqui prevista de uma rua que me apráz registar, que é uma rua que liga a Freguesia de S. Bernardo à Freguesia

de Oliveirinha, em muito mau estado, pedia também que, pelo terceiro ano consecutivo que está no Plano de Actividades, e que desta vez fosse feito um esforço para que não fosse adiado mais uma vez."

Vogal Custódio Ramos:

"Uma nota muito breve sobre o Projecto Integrado de (estudos de ordenamento de trânsito e estacionamento) que é aqui mencionado; cada vez há mais dificuldades de estacionamento e cada vez mais o trânsito está caótico e por isso convinha efectivamente ter uma atenção especial por isto.

Aproveitava também para dar uma sugestão que era a seguinte: A Câmara nunca se preocupou em fazer espaços de estacionamentos cobertos, em que de facto como é óbvio, apesar de no mandato do Dr. Girão, andar a anunciar sistematicamente, silos e mais silos; de qualquer forma, sempre que haja possibilidades de se fazerem espaços cobertos, de preferência subterrâneos, convinha que a Câmara enveredasse por essa via. Recordo-me por exemplo de um espaço onde tal é possível, que é o espaço que antigamente servia de recreio aos alunos do asilo, ex-Magistério Primário, com acesso por trás da "Latina", com acesso também pela Rua Oudinot, podia ser feito ali numa zona muito sensível da cidade, um aproveitamento que, obviamente se os técnicos concordarem com esta ideia, em breve trecho a Câmara recuperava através do pagamento do estacionamento o investimento que ali fez e resolvia o problema do estacionamento numa zona difícil e que não se vê que tenha outra qualquer solução. Era esse aspecto que eu aqui deixava, para que o Sr. Presidente encarregasse alguém de fazer um estudo tendente a saber se esta ideia efectivamente colhe e se é exequível, dado que o espaço ao que julgo saber é todo propriedade do município."

Neste momento deram entrada na sala os Vogais, Vitor Mangerão, Ernesto Barros e Filipe Neto Brandão.

Presidente da Câmara:

"Relativamente à sugestão do Vogal Custódio Ramos, disse que a mesma é perfeitamente aceitável e que a demonstrá-lo está o estacionamento subterrâneo do próprio Convento. Trata-se de um problema que também já tinha sido pensado pela Câmara, no ano passado quando se abordou os problemas de estacionamento, falou-se nessa hipótese, de fazer um Parque subterrâneo nesse local. Neste

momento a Câmara tem grandes preocupações em matéria de estacionamento, não só pela procura de mais estacionamento que o início das obras do Cojo irão motivar e por isso a Câmara decidiu-se a fazer estudos de todos os locais existentes, quer sejam públicos, quer sejam privados, que permitam receber viaturas mesmo que provisoriamente, adaptá-los, preparar os pisos e criar algumas condições para estacionamento.

No que se refere à questão levantada pelo Vogal Armando Vieira, esclareceu que o projecto da Câmara Municipal para a recuperação da E.N.235, é para abranger não só a parte de Aradas mas também a parte de Quintans."

Neste momento deu entrada na sala o Vogal João Peixinha.

OBJECTIVO 10 - DEFESA DO MEIO AMBIENTE **PARQUES E JARDINS**

Vogal Manuel António:

"Quanto a este objectivo, gostava de tecer algumas considerações, isto porque a filosofia de Jardins, também me parece ser uma área que se veio a modificar ao longo destes últimos anos; já lá vai o tempo e muito recente, em que os nossos jardins novos eram os nós rodoviários, na altura tive oportunidade de dizer aqui que achava que os jardins são sítios para as pessoas passarem o seu tempo, são espaços de lazer e não são só sítios para se poder ver quando se passa de carro; hoje através deste Plano, pode-se ver que, a cidade, se forem concretizados os Parques anunciados, fica com uma boa mancha verde, depois deve ser equipada com equipamentos de lazer, seja o Parque da Forca, o Canal de S. Roque, o Parque Municipal, Baixa de Stº António, parece-me um conjunto harmonioso que era bom que fosse levado adiante. Preocupa-me bastante o estado de degradação com que se tem deixado o Parque Municipal, não é só o Lago, como aqui é contemplado, que tem que ser reabilitado, penso que todo o Parque Municipal tem que ser reabilitado, tem que ser um local mais acessível às pessoas, temos que fazer com que

as nossas pessoas vão ao Parque, seja para praticar desporto, seja para usufruir daquele espaço; é um espaço muito visitado também por pessoas que vêm em excursões e é um local que de infraestruturas não tem nada e por isso acho que é um sítio que se devia de olhar um bocado na perspectiva de defesa do meio ambiente de Parques e Jardins.

Por último, denunciar mais uma vez a arborização dos passeios: as árvores devem ser colocadas em locais próprios e nunca em sítios que sejam locais de passagem, os nossos passeios são passeios que por si já são pequenos e quando se põe uma árvore no meio, então são passeios que não servem para nada; esta atitude tem que mudar, é uma atitude que já vem sendo seguida há muitos anos, nos arruamentos novos as árvores continuam a estar em cima dos passeios, em locais que não permitem que por exemplo, os carros dos deficientes possam passar, carrinhos de bebé não possam passar e as pessoas também não possam passar aos pares, por isso há que ter cuidado com a arborização dos passeios."

Vogal João Barbosa:

"Sr. Presidente, este Plano cita-nos os melhoramentos na área da paisagem (não é sem tempo). Tem sido notória a má imagem, o conjunto pouco harmonioso, a falta de qualidade ambiental dos jardins, poucos, da Freguesia da Vera-Cruz: flores não se vêm; se repararmos no Jardim do Rossio e no Jardim da Urbanização de Sá-Barrocas, vimos um conjunto de arvoredos que mais parece um matagal; estes matagais servem mais para servir de WC, dos excursionistas. Não seria pedir muito que fosse dada mais atenção a estes jardins, Aveiro também pode ser um canteiro florido plantado à beira-mar.

Citava também aqui esta zona do Canal de S. Roque, junto ao IP5; salvo erro há ano e meio o Sr. Presidente da Câmara, informou-nos que havia um protocolo com a JAPA para melhorar e fazer uma zona de recreio e lazer entre a Ria e o IP5, até hoje nada se fez, nem sequer a limpeza daquela zona."

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Jorge Manuel do Nascimento.

Vogal Armando Vieira:

"Também neste aspecto dos jardins, nós também somos sensíveis e gostamos de ver as coisas bonitas, alindadas, canteiros

floridos etc., árvores, também aqui há discriminação em relação ao mundo rural: os Serviços pagos pelo erário municipal, para todo o município, trabalham para duas freguesias em especial, e eu pergunto porquê esta discriminação? porque é que os jardineiros não tratam, não apoiam os poucos espaços ajardinados, verdes, que nós temos? e tenho que dizer outra coisa, uma crítica directa aos próprios Serviços, algumas vezes quando o fazem, é contrariados, em especial tenho aqui que citar o seu responsável máximo que sempre demonstrou uma profunda má vontade em relação à freguesia de Oliveirinha e que eu não consigo descortinar qual a razão que está por detrás disso."

Vogal Vitor Mangerão:

"Bem... eu no mínimo, isto é o problema das coisas que obedecem a modelos, realmente falar de defesa do meio ambiente e integrar isto imediatamente num subtítulo chamado Parques e Jardins, parece que a defesa do meio ambiente se circunscreve em termos do Plano de Actividades, à questão dos Parques e Jardins, no mínimo é equívoco; é engraçado como por acaso a problemática do meio ambiente tem tanto a ver com o objectivo que vem a seguir, que é a requalificação urbana e tem a ver com outros, mas pronto fiquemo-nos pelos Parques e Jardins, não há dúvida nenhuma que Aveiro está melhor do que muitas outras cidades, no que respeita ao meio urbano, o problema para mim continua a ser aquele que já venho denunciando há vários anos, é que falta uma visão global, coerente e acertada para aquilo que se consideram os Parques e Jardins adequados para a cidade, porque não basta criar novos espaços verdes, é preciso saber se as espécies que lá vão ser implantadas, são as mais adequadas não só às características do nosso clima, mas também à utilização futura previsível desse espaço verde, sob pena de estar a gastar dinheiro e a desvirtuar ao fim e ao cabo a verdadeira finalidade dos investimentos que a Câmara faz, eu continuo a lembrar que a cidade em termos de ajardinamentos para quem tiver olhos críticos ou tiver o mínimo de sensibilidade, dá uma péssima imagem em muitos aspectos.

Arranje-se para Aveiro um ajardinamento que seja embelemático de Aveiro, por exemplo, Palmeiras, se está decidido que a Palmeira é uma árvore que tem a ver com o clima e com o enquadramento secular de Aveiro, seja a Palmeira uma árvore privilegiada...! mas que seja

decidido fundamentadamente, isto é uma questão de ordem científico/estética, não é uma banalidade sobre a qual qualquer pessoa pode opinar, não, isto é uma coisa muito séria que merece ser ponderada, ou seja, com o mesmo dinheiro que se gasta a fazer coisinhas, pode-se se calhar fazer-se uma obra de qualidade, vale a pena investir nisto, daqui a alguns anos Aveiro pode ser um brinco do ponto de vista do embelezamento da cidade.

Finalmente, gostaria que o Sr. Presidente da Câmara esclarecesse se realmente os viveiros municipais continuam a corresponder às necessidades de plantação das espécies, porque vejo aqui uma verba genérica, mas não há nada de específico quanto a isso. Considero que é um investimento que vale muito a pena, a exemplo de outras Câmaras, fazer em termos adequados, é precisamente o dos viveiros de plantas ornamentais e de árvores."

Neste momento deu entrada na sala o Vogal João Gabriel, que ocupou na Mesa o seu lugar de 2º Secretário.

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Custódio Ramos, chamou atenção para a necessidade de eliminar uma espécie de árvores plantadas há vários anos em algumas ruas da cidade, nomeadamente na Rua Dr. Alberto Souto, as quais quando vem a época da Primavera/Verão, deitam um produto que estraga não só os pavimentos, mas também a pintura dos automóveis que ficam estacionados debaixo dessas árvores. Segundo este Vogal a solução é substituir todas essas árvores por árvores que não tenham o inconveniente apontado.

A finalizar, solicitou à Câmara para que retire os varões em ferro que estão a proteger o passeio público, junto ao edifício "Moitalta", situado na Praceta Alberto Souto, uma vez que tal passeio não pertence ao condomínio desse prédio e por isso não lhes assiste o direito de colocar essa protecção, considerou isto um abuso e por isso a Câmara não pode permitir estes abusos.

Vogal Cruz Tavares:

"O primeiro assunto é relativo ao Parque do Infante D. Pedro, este Parque não é utilizado pelas pessoas de Aveiro, é muito pouco utilizado, uma das razões é porque aquela zona verde está cercada de grades e portões, as pessoas têm medo que haja lá coisas dentro etc., com uma certa razão, porque de facto a densificação verde interior ao

Parque, não está adaptada às condições actuais, aquele Parque é antigo e corresponde a uma necessidade da altura em que ele foi criado, é um Parque do princípio da República, o Parque tem verde a mais, há árvores que devem ser mantidas, e por exemplo há largas zonas que estão ocupadas com canas da Índia, que não têm qualquer efeito estético, não produzem qualquer atractivo às pessoas que lá possam ir e, pelo contrário, densificam demais o Parque, tornam-o pouco atraente. Relativamente à possibilidade de acesso ao Parque, inclusivamente para estacionamento numa zona interior ao Parque, parece-me que é um assunto para ser ponderado, uma vez que a Câmara tem já um especialista nessa área.

Uma outra questão que eu queria pôr à Câmara, é o seguinte: nós temos num cruzamento da variante, uma zona que é conhecida por causa de uma árvore, que é o cruzamento do Eucalipto, a Câmara substituiu o velho eucalipto por um novo eucalipto, de natureza diferente, mas até era mais bonito, o que é que aconteceu a esse eucalipto? desapareceu?"

Vogal Carlos Santos:

"Sr. Presidente, gostaria de dizer o seguinte, penso que a cidade tem aspectos bonitos, tem aspectos interessantes, alguns aspectos poderão ser melhorados; há tempos falei no problema das entradas na cidade, o ajardinamento, o melhoramento dos espaços verdes, de facto é importante, tudo o que puder ser feito nesse sentido é importante.

Relativamente à questão levantada pelo Vogal Custódio, respeitante aos varões no passeio, junto do edifício dos espelhos, na Praceta Alberto Souto, não concordo que a Câmara chegue lá e deite abaixo ou mande retirar o que quer que seja; não creio que o condomínio do prédio dos espelhos tenha lá posto o que quer que seja, sem falar com alguém da Câmara, a Câmara nunca teve esses métodos de demolir o que quer que seja. Reconheço que é uma zona de trânsito complicada e tudo o que a Câmara puder fazer para melhorar esse aspecto, julgo que é importante."

Entretanto saiu da sala o Vogal Olinto Ravara.

Vogal Custódio Ramos:

"Eu sabia perfeitamente que o Engº Carlos Santos, vive naquele prédio. Lamento que o Sr. Engº fique preocupado com este tema e que venha dizer que não concorda com os meus métodos, eu não

profetizei métodos nenhuns, eu disse que a Câmara já tomou posição e até esclareço que a Câmara já deliberou substituir aqueles varões por floreiras, só que a deliberação já foi tomada há bastante tempo e em termos de execução aos costumes disse nada. Portanto do que se trata é da Câmara executar efectivamente a deliberação que já tomou, no que toca aos métodos, quem sou eu para dar lições à Câmara em matéria de metodologia? eu não preconizei nenhuma metodologia.

Vogal Carlos Santos:

"Sr. Presidente, eu vou ficar por aqui, é que foram feitas referências que eu considero degradantes, cada um pode falar sobre o que quiser e bem lhe apetecer, agora dizer que as pessoas que vivem ali consideram os passeios como seus, eu considero que é uma calúnia, que é um abuso. Não penso que quem quer que seja considere aqueles passeios como seus, era só esta referência que eu queria deixar."

Presidente da Câmara:

"Pouco tenho a acrescentar àquilo que aqui foi dito, houve aqui uma posição da Assembleia em termos de crítica construtiva, bastante importante, em termos de apresentação até de sugestões e de comentários relativamente àquilo que tem vindo sendo feito em termos de jardins, em termos de arranjos. Há uma referência específica a três ou quatro assuntos que são aqueles que eu posso abordar e que bem me parece dever fazê-lo, e dar razão a algumas das coisas aqui apresentadas, que também me têm preocupado e têm preocupado a Câmara, que é a arborização dos passeios. Penso também que não terão sido escolhidas as árvores mais indicadas, árvores que se ajustam, mas não terá havido o cuidado necessário por parte do técnico, que de facto existe na Câmara Municipal e que tem as suas ideias também muito próprias, e que enfim vai fazendo, vai avançando e nem sempre nos apreçebemos daquilo que acontece, mas o mais grave é que há passeios que não suportam árvores, e isso tenho vindo a reflectir muitas vezes nisso, com o Vereador responsável por esta área. Está feita uma chamada de atenção no sentido de se ultrapassar os inconvenientes apontados. Entretanto continuamos o programa de arborização e naturalmente que teremos que ter cuidado com a selecção do tipo de árvores, bem como com o seu tamanho.

Relativamente ao Canal de S. Roque, todos os anos vimos apontando no sentido de fazer um arranjo, urbanístico, de jardinagem,

fazer passeios, bem como criar algum equipamento de lazer; todavia temos tipo o impedimento habitual, nada daquilo é propriedade da Câmara, é da JAPA, é da JAE, e feito o protocolo que aqui foi referido, com a Câmara Municipal, em que a Câmara assumiu o arranjo daquela área, a verdade é que também não podemos entrar nele sem que a JAPA faça o protocolo para a JAE e, neste momento, muito embora possamos naturalmente entrar numa parte da JAE, não há uma definição concreta da parte da JAPA, relativamente à JAE.

No que se refere aos Viveiros, a informação que tenho é de que continuam a dar satisfação.

Relativamente à Praceta Dr. Alberto Souto, informou que neste momento a Câmara tem um outro estudo com vista a encontrar as soluções que melhor se adaptem às necessidades daquela Praceta.

No que se refere ao ajardinamento das zonas rurais, houve um período em que se definiu colaborar com as Juntas de freguesia, criar pequenos espaços verdes, nos cruzamentos, entroncamentos etc, porém houve um período em que a Câmara não tinha de facto pessoal para prestar assistência às zonas rurais; conversou-se então com os Srs. Presidentes de Junta, nos casos em que existem esses pequenos espaços, que a Câmara daria o seu apoio na construção desses pequenos espaços, e que depois cada Junta assumiria a conservação e a rega, em termos de manutenção. Neste momento poderemos voltar a pensar no assunto, se de facto se verificar que também vão aumentando os espaços ajardinados nas zonas rurais, a Câmara poderá vir a dar o seu apoio em termos de pessoal.

Relativamente ao Parque Municipal, é também pensamento da Câmara no próximo ano rever toda a problemática relacionada com o Parque Municipal.

Relativamente ao "eucalipto", informam-me que o mesmo se encontra lá no local."

Neste momento deu entrada na sala o Vogal António Salavessa.

Vogal João Barbosa:

"Sr. Presidente, já por diversas referências aqui feitas, temos constatado e dá-nos a impressão que na JAPA existe alguém que gosta

muito de Aveiro... pois tem boicotado constantemente os protocolos com a Câmara e a JAPA."

Entretanto saiu da sala o Vogal Martins de Carvalho.

OBJECTIVO 11 - REQUALIFICAÇÃO URBANA

Vogal Armando Vieira:

"Sr. Presidente, neste objectivo estão aqui conceitos que nos apráz registar a todos, mas na prática não funcionam, e já os temos visto noutros Planos de Actividades.

Quero uma vez mais falar aqui da iluminação pública decorativa que deve estender-se também ao concelho rural; proliferam hoje muito agradavelmente na cidade, dá gosto ver, mas porque carga de água é que nós haveremos de ser diferentes? o Sr. Vereador do Pelouro, já se deu ao trabalho de dar uma volta pelo concelho rural à noite? a iluminação pública é péssima! o ambiente é feio, é desagradável, e os Srs. nada fazem para resolver este problema; portanto, os poucos monumentos, nomeadamente templos religiosos que existem no concelho rural, façam o favor de fazer um plano de iluminação artística destes monumentos.

Quanto à campanha de sensibilização dos munícipes na conservação dos prédios, eu ando aqui a falar nisto há muito tempo, apoio a Câmara claramente, quando a Câmara resolver ter uma postura, lançar cá para fora uma Postura Municipal, em que seja drástica com as pessoas que têm prédios em ruínas; nós temos feito na nossa área de influência um grande esforço de demolição de muitas casas em ruínas, e vimos outras, sabemos que por "cunhas", há situações que nós não conseguimos resolver, com a conivência de pessoas da Câmara de Aveiro, e, um dia destes, vamos torná-las públicas, o que é miserável porque afecta o interesse público, depois falaremos sobre isso quando chegar a altura e quero-lhes dizer neste aspecto, que é preciso actuar rapidamente, há muitas casas com muito mau aspecto, nomeadamente na minha Freguesia, que são propriedade de pessoas abastadas, não é por problemas de ordem financeira, que elas não têm bom aspecto, para além

da imoralidade que representa muitas dessas casas estarem desabitadas, quando nós temos problemas e temos famílias a viver em condições desumanas, é miserável que isso aconteça, e eu pedia à Câmara que fizesse pressão, que fosse exigente, que fosse drástica, neste tipo de direitos e prerrogativas que a Câmara tem, e eu apoiarei na área que me diz respeito, totalmente esse tipo de procedimento."

Vogal Filipe Neto Brandão:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, ciclicamente, cada vez que se discute o Plano de Actividades, é sempre o mesmo... sou forçado a abordar essa questão ciclicamente, referimo-nos à filosofia de ocupação da Lota de Aveiro; numa cidade em que a conflitualidade entre o lazer e a habitação é um assunto recorrente, em que quotidianamente somos confrontados com situações de conflitualidade entre os moradores e os utentes da noite, no plano lícito obviamente, a Câmara Municipal sobre a Lota, a única coisa que faz e de acordo com aquilo que nos dá a entender deste documento, a única ocupação que a Câmara vislumbra para esta área que, recorde, foi uma das linhas mestras da candidatura do PS à Câmara, que seria o aproveitamento condigno da Lota como área privilegiada de lazer, como zona que poderia permitir o desenvolvimento do lazer "ruidoso", de forma a poder garantir o seu desenvolvimento nesta cidade, sem uma conflitualidade latente e emergente com as zonas habitacionais, a Câmara uma vez mais se limita a ir ao recreio, a reboque da Universidade de Aveiro e a consagrar a Lota como uma zona de desenvolvimento museológico, aliás penso que esta cidade está a tornar-se a breve trecho numa autêntica cidade museológica, deve ser com as referências ao carácter arcaico da sua gestão que qualquer dia será ela também um polo museológico, quiçá nessa altura obrigará à atenção por todo o país que virá em visita, poderá eventualmente ser património mundial... .

Queria apenas salientar que o anterior Presidente da Câmara, apesar de já aqui não estar, numa das anteriores intervenções garantiu que iria fazer tudo para o desenvolvimento da Lota, sentindo constituir um polo de lazer, com criação de bares, discotecas etc., sabíamos-lo então que nada iria fazer, temos hoje a certeza de que nada fez, V. Ex^a com o novo Plano de Actividades dá-nos a entender que vai manter essa posição de omissão, e nesse sentido merece toda a nossa censura."

Vogal João Barbosa:

"Neste objectivo gostava de chamar a atenção da Praça Joaquim de Melo Freitas. Sr. Presidente estamos de parabéns pela qualidade, pela imagem, pelo bem estar que nos dá hoje esta Praça; já agora pergunto: para quando o fecho da Rua Tenente Resende e Travessa do Rossio, por um complemento da Praça Joaquim de Melo Freitas?"

Vogal Vitor Mangerão:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, acho que devo fazer a intervenção por singela que seja, a propósito deste objectivo, em pé, para lhe emprestar o simbolismo que eu penso que este objectivo merece, é que para mim não deveria chamar-se requalificação urbana, mas qualificação urbana; para mim não deveria vir como um apêndice residual neste ponto do plano, mas deveria anteceder todos os outros pontos do Plano. É que, eu penso que enquanto não se assentar de forma clara, responsável e consequente, quanto aos meios, quanto às intenções e quanto ao tempo, aquilo que se pretende que seja Aveiro-Cidade, tudo o resto é ir alinhavando soluções sectoriais, soluções de remendo, umas mais bem conseguidas, outras menos bem conseguidas, mas nunca a definir o que é que se pretende com Aveiro. Esta expressão "Requalificação", pressupõe que anteriormente a ela ou a este estado, havia uma definição; penso que as características fundamentais de Aveiro já estão ultrapassadas há muito, porque o crescimento urbano não se condeu com aquilo que eram os limites e os sinais próprios desta pequena cidade implantada aqui à beira da água, nós temos de pagar hoje, infelizmente, aquilo que noutras cidades estão a pagar por idênticos desvarios, temos de pagar hoje os erros não intencionais muitas vezes, mas de qualquer forma os erros que foram cometidos ao longo dos anos, como se pensou que se deveria ou poderia corresponder às pressões do crescimento demográfico; o facto é que alguns erros são pura e simplesmente já insanáveis, há outros que ainda podem ser atenuados, mas há sobretudo uma intenção de fazer melhor para o futuro, que é mais do que o momento de assumir plenamente. Propunha com toda a sinceridade e sem nenhuma demagogia, que fosse por essa definição do rosto vivo da cidade, e desculpem porque quando falo da cidade, falo exactamente da cidade como fenómeno vivo, cultural e físico. Esta

definição do rosto da cidade de Aveiro, que seja assumida de forma plena, não é uma missão que caiba só ao Executivo Camarário, porque não pode ser só responsabilidade do Executivo Camarário, mas tem que caber a ele prioritariamente."

Vogal Fernando Marques:

"Sr. Presidente, finalmente e duplamente satisfeito por isso, vejo aqui a reconversão da Rua Direita para peões. Há uma dúzia de anos, liderei uma Comissão de Comerciantes, em que procurámos que aquilo que agora se vai realizar fosse feito na devida altura, não conseguimos a concretização dessa aspiração, os comerciantes estavam divididos, hoje felizmente não estão, posso dizer que os comerciantes da Rua Direita, hoje querem por unanimidade a Rua recuperada e virada para os peões. Todavia, acho que devo alertar, não é só o encerramento da Rua Direita e a sua transformação para peões, é toda a recuperação das fachadas, a Rua Direita tem muitas casas velhas e a Câmara tem que investir neste aspecto.

Também tenho conhecimento de que ainda há um ou outro esgoto directo à Ria, e portanto torna-se necessário fazer um estudo profundo de toda aquela Rua.

Outra preocupação, é o estacionamento, penso que poderia ser aproveitado o espaço do Jardim do Museu, para estacionamento, ainda que fosse temporariamente, enquanto decorrem as obras na Rua Direita. Ainda dentro do âmbito do estacionamento, há uma propriedade privada, pertencente à Família Melo Freitas, que poderia ser negociada, para servir de apoio ao estacionamento, enquanto decorrem as obras na Rua Direita.

Alerto ainda a Câmara Municipal, para o perigo que representa para os cidadãos, os prédios que se encontram em ruínas, junto à "Casa Martelo."

Vogal Manuel António:

"Em relação ao fecho da Rua Direita, aquilo que a Câmara define como eixo de animação comercial, eu penso que é um bom princípio pensarmos em fechar a Rua Direita, é bom é que isso se insira num Plano mais vasto, parece que é isso que vai acontecer, de ordenamentos de tráfegos e ordenamentos do nosso comércio principalmente nesta zona central de Aveiro; penso que se se definir uma zona de comércio, desde o Governo Civil, ou zona do Governo Civil, até à zona da Vera-Cruz, penso

que será uma boa zona para nós nos podermos centrar e podermos criar aí uma espécie de um Plano Piloto, para ver como é que funcionam zonas para peões e integrarmos zonas de comércio e também penso que não podemos esquecer, zonas de lazer.

No que diz respeito ao eixo de animação cultural, e quando se fala na Lota, a Lota tem sido falada há muito tempo e tem sido reivindicada como uma zona de espaço de lazer, uma zona como o Dr. Filipe Brandão, falou, sendo uma zona de discotecas, em que não perturbaria ninguém; isto não é um assunto novo, pode ter vindo no Plano eleitoral do PS, mas é um assunto que já é aqui falado desde que eu estou na Assembleia Municipal, pelo menos há seis anos que este assunto é aqui trazido. Pode ser a Lota essa zona privilegiada em que se possa fazer barulho, em que os Aveirenses possam fazer barulho nocturno, pode não ser só a Lota, pode ser todo um eixo, um sítio que nós chamávamos a península da Lota, toda essa zona podia ser uma zona de animação, uma zona de animação da cidade, mais barulhenta, uma zona que tem afinidades com a Ria, pode dar continuidade aos tais espaços que a Câmara está a pensar e que são preconizados no PDM, que vão desde a Lota até ao Centro Cultural e de Congressos. Penso que em termos de intenções, quer este eixo de animação cultural, quer este eixo de animação comercial, pelo menos mostram uma filosofia de querer melhorar e modificar alguma coisa."

Vogal Cruz Tavares:

"Estamos a falar sobre a requalificação urbana de Aveiro e é um tema que interessa reflectir na medida em que estamos numa fase em que tudo é possível em relação à qualidade de vida e à qualidade urbana da nossa cidade, nós actualmente temos pontos de comparação que nos permite ver como é que nós vivemos aqui, na minha opinião ainda é muito bom viver em Aveiro, se compararmos por exemplo como se pode viver hoje ou se consegue viver hoje por exemplo em Lisboa ou em outros sítios estrangeiros mais densificados onde é de facto praticamente impossível a comunidade viver de uma maneira saudável. Em Aveiro ainda se pode viver humanamente, mas é necessário que a nossa Câmara, possa preservar o que está bem e prosseguir as acções que melhorem a organização urbana que levam a uma melhoria da qualidade de vida, e também ter a coragem de voltar atrás, porque não é só avançar, é

necessário também voltar atrás nalguns aspectos em que se caminhou ao contrário da qualidade urbana e ao contrário da melhoria da qualidade de vida. Este objectivo fala em dois eixos: um comercial, outro cultural, onde se pode notar de facto as duas direcções em que se caminhou neste últimos anos, um realmente numa direcção no sentido positivo e outra no sentido negativo. O eixo cultural que tem agora um polo muito importante, que é a Fábrica Jerónimo Pereira Campos, atravessa alguns pontos críticos, em relação as quais eu queria salientar por exemplo a área da Feira de Março; a Feira de Março e as construções que lá foram feitas, nunca passaram de construções provisórias, estão provisórias há vários anos, e vistas de uma forma desapaixonada, o que está construído na Feira de Março, no Pavilhão octogonal, no Pavilhão rectangular e agora o Pavilhão verde, são construções provisórias, sem carácter, sem ligação à envolvente e que, se a Câmara quiser dar o passo atrás que é necessário, merecem rigorosamente ser pura e simplesmente demolidas. Outro eixo, o eixo de animação cultural, finalmente inclui um passo que foi iniciado há dez anos, que é a já falada pedonalização da Rua Direita, congratulo-me por saber que hoje os Srs. comerciantes daquela Rua já estão de acordo, a cidade está de parabéns com este passo que se deu em relação à Rua Direita. Penso que neste texto de animação cultural, existem as condições para se dar o passo decidido em relação a uma zona comercial, que é de facto o passo decidido ao das grandes superfícies, que é o passo que o comércio tradicional terá de dar mais tarde ou mais cedo, se quiser competir em pé de igualdade com as grandes superfícies; no caso da Rua Direita, suponho que existem condições para transformar a Rua numa zona de comércio de alta qualidade, através de uma obra relativamente simples, se os moradores e os proprietários daqueles prédios colaborarem com a Câmara e se a Câmara concordar com isso, que é a cobertura da Rua Direita, é possível fazer uma cobertura transparente, com baixos custos e com enormíssimos efeitos na qualidade do comércio e no passeio pedonal dos utentes da Rua Direita."

Seguidamente no uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara, referindo-se à iluminação pública decorativa e ao desejo da mesma ser extensiva às zonas rurais, informou que a Câmara está a trabalhar nesse sentido; em relação à Igreja de Oliveirinha, informou que foi aberto

concurso para a iluminação decorativa da referida Igreja bem como do Cruzeiro.

Relativamente à iluminação pública nas zonas rurais, disse reconhecer que a mesma é precária, no entanto salientou que a Câmara vai dedicar a maior atenção a este problema com vista a resolver situações pendentes e com isso, numa primeira fase, talvez se venha a melhorar mais facilmente a situação da iluminação nas zonas rurais.

No que se refere às casas em ruína, disse ser de opinião que deve de haver por parte da Câmara uma tomada de posição sobre esta matéria; já no que respeita à questão levantada pelo Vogal Armando Vieira, sobre hipotéticas "cunhas" que possam haver para que determinadas casas em ruínas não sejam demolidas, disse desconhecer o assunto.

No que respeita à área da Lota e aos canais da Ria, informou que não há possibilidades da Câmara intervir nesses locais sem ser através de protocolos assinados com a JAPA, dado ser esta a entidade que tutela toda aquela zona e com a qual tem havido uma certa dificuldade em negociar.

Relativamente à Rua Tenente Resende, disse que ainda este ano a Câmara pensa fazer o arranjo daquela Rua.

Quanto ao arranjo da Rua Direita disse achar interessante que toda a gente comungue da ideia de se encerrar o trânsito naquela via. Acrescentou que a Câmara vai ter em atenção a proposta que é feita no sentido de eventualmente se poder vir a estacionar os automóveis, enquanto decorre o arranjo da dita rua, no espaço contíguo ao Museu, salientou que a Câmara tem que encontrar formas de resolver o problema do estacionamento e se houver essa possibilidade seria óptimo.

Em relação às fachadas dos prédios antigos, disse haver um regulamento para a zona antiga da cidade que impõe um montante por metro quadrado para quem o desejar requerer, com vista à recuperação dessas fachadas.

A terminar e referindo-se à sugestão de se efectuar a cobertura da Rua Direita, com um material transparente, disse já ter havido também uma sugestão nesse sentido, não para fazer totalmente a cobertura das ruas, mas abrangendo apenas os passeios, sugestão essa inicialmente dada para as Ruas de José Estêvão e Rua onde se situa o

Café "Tangará", disse tratar-se de uma sugestão interessante e que poderá eventualmente vir a ser considerada.

Terminada a discussão de todos os objectivos do Plano de Actividades para 96, o Sr. Presidente da Mesa, pôs à discussão do órgão o Orçamento para 96.

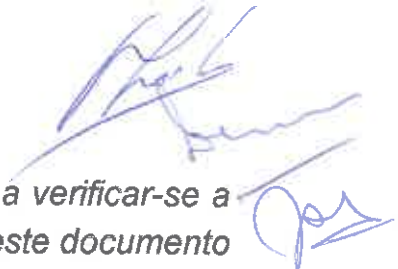
Aberta a discussão não se registou qualquer intervenção, pelo que de imediato o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia na sua globalidade, o ponto nº3 da Ordem de Trabalhos: **CÂMARA MUNICIPAL - PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 1996**, tendo o mesmo merecido aprovação por maioria de vinte e três votos a favor, sendo quinze votos do PP, sete votos do PSD e um voto do PS; dois votos contra do PS e três abstenções, sendo duas do PS e uma da CDU.

Seguiram-se declarações de voto dos seguintes Vogais:

Do Vogal Filipe Neto Brandão, nos seguintes termos: - "Sr. Presidente, esta declaração de voto abrange os dois Vogais que votaram contra.

Votei contra, porque o Plano que nos foi apresentado, não obstante alguns retoques de cosmética que registamos, é um Plano de continuidade. De facto, nele não descortinamos o rasgo e o brio necessários para que possamos enfim dizer, que abandonámos já o marasmo a que vinte anos de desgovernação nos conduziram. É para nós evidente, que o projecto da força política que nos governa, se projecto algum alguma vez houve, há muito se encontra exaurido, orfão de pai que consta ter fugido de casa, o Executivo é hoje um cadáver adiado, o próprio Plano é neste contexto o estertor de uma política agonizante; votar contra este Plano, é assim um piedoso acto de eutanásia política."

Do Vogal António Salavessa, nos seguintes termos: - *Se é um facto que do ponto de vista formal se reverificaram algumas melhorias na apresentação do Plano de Actividades e do Orçamento para 1996, é também verdade, que ao nível das suas opções, continuam a ser documentos a nosso ver insuficientes; mais uma vez é um Plano fechado, feito sem diálogo com as forças vivas do concelho, sem as Juntas de Freguesia, nem pela Assembleia Municipal, nem ao que parece com*



alguns Vereadores da própria Câmara, continua entretanto a verificar-se a impossibilidade legal da Assembleia introduzir alterações a este documento que aqui apenas são alvo de votação global; por esta razão e pelo facto de não termos Vereador na Câmara Municipal, afirmamos com toda a clareza que não nos revemos neste Plano de Actividades e neste Orçamento. Daqui decorre a primeira razão fundamentadora da nossa abstenção. Alguns elementos do Plano poderiam ser eventualmente motivadores do nosso voto contra, nomeadamente: as insuficientes dotações na Educação, da Cultura e da Acção Social; a consagração do princípio da privatização da recolha e transportes dos resíduos sólidos e outras questões que tive oportunidade de referir no decorrer do debate; mas é também verdade que o Plano e o Orçamento, como é natural, inclui um conjunto de acções e intervenções municipais que de uma ou de outra forma, a serem concretizadas, correspondem à satisfação de interesses e necessidades dos munícipes. Esta contradição entre o que é de rejeitar e o que é de apoiar, constitui a segunda razão fundamentadora da nossa abstenção. Consideramos que esta abstenção, objectivamente viabilizadora da acção do Executivo Municipal, é também a atitude mais coerente com o que dissemos no início da discussão: quando rejeitámos as ideias de que os Planos não são para cumprir, ou de que o ano de 1996 será de grandes dificuldades financeiras e demonstrámos que as receitas previstas até poderão estar subavaliadas por não preverem a actualização do FEF, as verbas da alienação da concessão do Carvoeiro, etc.. Em conclusão e em síntese, o Plano e o Orçamento são as opções da maioria da Câmara que por ele é responsável; nós não o inviabilizamos, exigimos por conseguinte, que tudo aquilo que represente benefício para os munícipes seja concretizado, pois esta Câmara vai ter disponibilidades para isso, cá estaremos dentro de um ano e alguns meses, na Sessão ordinária de Abril de 1997 para avaliar da sua execução."

Do Vogal Vitor Mangerão, nos seguintes termos: - " A bancada do PSD, votou favoravelmente o Plano e o Orçamento para 1996 por três razões fundamentais: em primeiro lugar, porque este Plano considera aspectos desde há muito reivindicados pelas Juntas de Freguesia e promete levar a cabo acções que são consideradas essenciais à persecução dos interesses das Freguesias; em segundo lugar, porque

não obstante, deficiências, lacunas e até contradições do Plano, não há dúvida de que ele insere uma série de acções e de projectos que desde há muito têm sido reivindicados e apontados por esta bancada; em terceiro lugar, por uma razão profundamente política: nós responsabilizamos o Executivo Camarário pela efectiva execução deste Plano e responsabilizamo-nos a nós próprios ao votá-lo favoravelmente, por exigirmos ao Executivo que saiba cumpri-lo."

Do Vogal João Barbosa, nos seguintes termos: - "Como Presidente da Junta de Freguesia da Vera-Cruz, votei a favor do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Aveiro para 1996, por uma atitude de coerência. Quando da elaboração do Plano, fomos chamados pelo Sr. Presidente da Câmara para discutir ideias, carências e objectivos da Freguesia da Vera-Cruz; de uma maneira geral as nossas informações dentro de um Orçamento realista foram satisfeitas, deste modo, e como disse, numa atitude de coerência política, o meu voto não poderia ser outro a não ser votar a favor."

Do Vogal Custódio Ramos, nos seguintes termos: - Eu vi neste Plano de Actividades, além de um certo cuidado de ordem formal que denota no mínimo alguma preocupação do Executivo em fazer passar a sua mensagem; tal mensagem porém, traduz algum compromisso com a cidade, com os munícipes, fazendo ponte entre o passado e os tempos que se avizinham, contendo algumas ideias e projectos em termos de mera listagem e porventura sem um projecto global e eu diria sem alma. Apesar de concordar com o conteúdo da declaração de voto dos Vereadores do PS Sr. Dr. Nogueira de Lemos e Eduardo Feio, utilizei o clima de abertura e de diálogo e de liberdade no seio do PS muito prezados e viabilizei a execução do Plano que é de um executivo CDS, através do meu voto de abstenção.

Do Vogal Jorge Nascimento, nos seguintes termos: - "A bancada do CDS-PP, votou a favor deste Plano de Actividades para 1996 que acaba de ser discutido e votado, por considerar que é simultâneamente um Plano ambicioso, é a um tempo também inovador e continuador de obras de indiscutível justificação para o progresso do

município; a par disto pensamos, ser humano, realista, com tendência para a execução plena, como aliás aconteceu já com o Plano do ano anterior. Portanto muito nos apráz que este Plano tivesse merecido, e digo isto com toda a sinceridade, tivesse merecido a votação unânime dos Srs. Presidentes de Junta, quer da nossa bancada, quer das outras bancadas, o que nos apráz o voto também maciço dos elementos das bancadas da oposição, designadamente do PSD."

PONTO Nº 4 - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO, ORÇAMENTO FINANCEIRO E DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DE RESULTADOS PARA 1996

Deliberação da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de 95.12.07: - "SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE AVEIRO - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO, ORÇAMENTO FINANCEIRO E DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DE RESULTADOS: - De seguida no uso da palavra, O Vereador Vitor Silva fez a apresentação dos documentos em epígrafe, prestou os esclarecimentos tidos por convenientes e respondeu a algumas questões que lhe foram colocadas, após o que os documentos em apreço, postos à votação, mereceram aprovação por unanimidade.

Os Vereadores Dr. Nogueira de Lemos e Eduardo Feio apresentaram a seguinte declaração de voto: " A primeira análise da documentação apresentada pelos SMA levantou-nos sérias dúvidas quanto às inscrições das verbas que constituem a alegada dívida à EDP. Suscitada, porém, a discussão, as explicações dadas criaram-nos a convicção da sua correcta inscrição. A outra questão que se nos levanta é a falta de mais ambição na instalação do saneamento básico no concelho, aproveitando dois factores que se conjugam: a existência de fundos comunitários e a capacidade de endividamento. Pensamos que, pela conjugação destes dois factores, se poderia ir mais longe. Esta, porém, é uma problemática que já mereceu a nossa intervenção na discussão do

Plano de Actividades da Câmara e sobre o qual expressámos o nosso voto, por considerarmos ser nessa discussão e votação que estas questões, essencialmente políticas, devem ter lugar. Por isso, votamos favoravelmente os documentos apresentados."

Neste momento deu novamente entrada na sala o Vogal Martins de Carvalho.


Feita a apresentação da proposta supra pelo Vereador Vitor Silva, usaram seguidamente da palavra os seguintes Vogais:

Vogal Raul Martins:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou fazer uma espécie de ponto prévio à discussão, solicitará uma resposta imediata do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, para que na base dessa resposta pudesse tirar as devidas conclusões e saber com que linhas nos vamos coser esta noite.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro, habituámo-nos a respeitar V. Ex^a, pelas posições que ao longo do exercício do mandato de Presidente desta digna Assembleia tem assumido; embora não sejamos muito dados a elogios por pensarmos que ao exercer com eficácia as tarefas para que democraticamente se candidatou e foi eleito e conscientemente aceitou, mais não está a fazer do que cumprir o papel a que voluntariamente se atribuiu. Regozijamo-nos com a forma como tem desempenhado o seu mandato e louvamos a forma hábil e a urbanidade que tem norteado o desempenho da sua missão que temos levado em conta na desculpa de alguns erros menores, que estamos certos, de boa fé tem cometido. E, é por o termos em tão elevado conceito, que às vezes estranhemos algumas posições assumidas que se não enquadram na habitual actuação de V. Ex^a:

Estou-me a referir ao facto de V. Ex^a ter decidido incluir na Ordem de Trabalhos desta Assembleia, a discussão e aprovação do Plano Plurianual de Investimento, Orçamento Financeiro e Demonstração Previsional de Resultados, dos Serviços Municipalizados de Aveiro, para 1996.


Para que todos nós possamos estar conscientes das razões que nos assistem, gostaria de aqui trazer um exemplo tosco, mas que julgamos elucidativo da questão:

Suponhamos que um feitor de uma herdade, quinta ou qualquer outra propriedade, no início de mais uma época agrícola se encontra com os seus patrões ou com os seus representantes, para lhe explicar o que pretende fazer no ano que se avizinha, o que pretende semear, que sementes e fertilizantes vai utilizar, quanto custam, qual a colheita provável, por quanto pensa que a vai vender, as dificuldades existentes, etc, etc.. É um acto normal, absolutamente necessário, digamos até indispensável na vida normal de uma herdade, e a subsequente discussão que terá com os representantes dos patrões, irá certamente enriquecer e ajudar o feitor a melhor administrar a herdade, e a aprovação dos planos e orçamentos apresentados, dar-lhe-ão a cobertura e o suporte necessários para que possa então desempenhar eficazmente as tarefas a que se propôs. No entanto, não basta ao feitor para que se considere um feitor de bem, para que seja considerado um feitor sério, fazer isto; um feitor de bem tem necessariamente de apresentar as contas das épocas passadas, para discussão, explicação, e eventual aprovação pelos representantes do patrão, e aqui, eu gostaria de perguntar aos digníssimos membros desta Assembleia, e quem é que sendo patrão ou representante do patrão do feitor da nossa história, aprovaria os planos para o corrente ano, se este não lhe tivesse apresentado as contas de 1994? como reagiriam? será que não ficariam desconfiados com tal facto? será que aprovariam os seus planos para 96? estou certo de que admoestariam severamente o feitor por tal facto e lhe diriam com voz severa: - o Sr. sabe que temos confiança em si, no entanto e porque o Sr. administra, mas somos nós que pagamos as contas, vamos fazer o seguinte: primeiro o Sr. apresenta-nos as contas do que se passou em 94, e depois falaremos a respeito daquilo que se irá fazer este ano. E o feitor, se fosse um homem de bem, se fosse um homem de boa fé, cabisbaixo, pediria encarecidamente para ser desculpado, e diria que tão cedo quanto possível, apresentaria as contas passadas e então falariam do que se iria fazer este ano.

Sr. Presidente, Caros Colegas, estou certo que seria com esta lhaneza que V. Ex^{as} reagiriam se estivessem no papel do feitor; e no

entanto, a Administração dos Serviços Municipalizados de Aveiro, feitor de uma quinta que contrariamente ao que pensam, que não é sua, mas que pertence aos munícipes, que suportam os seus custos, ao apresentarem aqui aos representantes dos munícipes o Plano de Actividades e Orçamento para 96, sem terem previamente submetido à aprovação as contas de 94, prefiguram a figura do feitor de más contas da nossa história.

Que os Serviços Municipalizados assim procedam, não me surpreende por que já nada me surpreende, o que me surpreende deveras, é que um homem como V. Ex^a, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aprove tacitamente uma posição deste tipo, incluindo na Ordem de Trabalhos desta Assembleia, o ponto de discussão e aprovação do Plano Plurianual de Investimento, Orçamento Financeiro e Demonstração Previsional de Resultados dos Serviços Municipalizados para 1996, sem antes obrigar em nosso nome, em nome dos munícipes que aqui representamos, que antes prestem contas de 1994.

Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Aveiro, sabemos que é um homem de bem, sabemos que é um homem de boa fé, e os homens de bem, os homens de boa fé têm dúvidas e às vezes enganam-se. Gostaria de saber se, face ao que expus V. Ex^a vai dar por encerrada esta sessão da Assembleia e marcar uma sessão em que sejam submetidas à apreciação e votação as contas de 94 dos S.M.de Aveiro, posto o que, será agendada a discussão de aprovação destes documentos agora aqui presentes, ou vai vestir a pele de representante pródigo dos munícipes que o elegeram e vai permitir que se continue este ponto da ordem de trabalhos?"

Presidente da Assembleia Municipal:

"A resposta que tenho a dar em relação a esse assunto é o seguinte: de facto, a analogia que fez com essa história que contou parece-me não ter muita lógica para este tipo de actividade municipal, porquanto nós somos sempre obrigados e acabámos de ter um exemplo concreto em que de facto não levantou problemas, em que temos que aprovar um Plano de Actividades, antes de termos aprovado o Relatório do ano anterior; portanto não há o seguimento lógico que seria de facto plausível e que motivou termos ponderado quando na realidade foi apresentada esta agenda de trabalhos pela Câmara Municipal, para ser discutida na Assembleia Municipal. Portanto esse facto de ser mais lógico,

primeiro apresentar os resultados para depois ponderarmos sobre os Planos, de facto isso foi considerado por nós. Em todo o caso sabemos que não é assim, porque a própria Lei determina que os Planos sejam aprovados no final de um ano para o ano seguinte e que os Relatórios sejam apresentados no mês de Março do ano seguinte àquele a que dizem respeito, portanto há sempre um desfasamento nesta matéria. Em relação a 1994, de facto a situação torna-se mais acentuada, mas nem por isso deixa de obedecer a este mecanismo de haver um desfasamento de datas em relação àquilo que seria lógico. Procurámos fazer uma auscultação da Assembleia Municipal pelos métodos legais e ficámos com a noção de que na realidade esta metodologia estaria correcta, dentro deste princípio e porque também a Câmara Municipal fez uma consulta à CCRC, sobre esta matéria e que disse que na realidade o Plano tinha que ser aprovado independentemente dos Relatórios que estavam para trás, isso levou a que concordássemos com a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos.

Vogal Raul Martins:

"Como é óbvio Sr. Presidente, e certamente pôde extrair do meu discurso, eu não me estava a referir às contas de 1995 que são as contas do ano passado, mas estava a referir-me às contas de 94 que são as contas de há dois anos, essas que foram aqui reprovadas e que segundo a Lei, deveriam ter sido aprovadas na primeira reunião ordinária do ano de 95 e não foram; para que essas contas que apareceram aqui num estado miserável e para as quais esta Assembleia e nomeadamente a minha bancada teve o cuidado de não as fazer extravasar para o domínio público, porque se extravasassem seríamos o gozo de todos quantos as vissem, foi dado tempo mais que suficiente aos serviços para fazerem as contas, para certificarem as contas e para as apresentarem a esta Assembleia, inclusivamente foi dada voz aos serviços, aqui, anteriormente, para apresentarem o seu Relatório da situação trimestral dos serviços; nada foi dito sobre as contas. Sabemos que fizeram uma auditoria e só uma auditoria às contas dos Serviços Municipalizados, gostaria de perguntar aos Exm^{os} membros desta Assembleia, se têm conhecimento desse Relatório de Auditoria? e se não têm, e é por isso que eu sou desconfiado, é porque se calhar esse Relatório de Auditoria, diz coisas muito graves e, se se pretende a trouxe-mouxe aprovar o Plano, e se está tudo pronto e não foram apresentadas as contas é porque alguma coisa de

grave existe. Sr. Presidente, penso que tomou essa posição de boa fé, não duvido, mas penso que pode ser uma situação lesiva para os munícipes. Da experiência que foi a reprovação aqui das contas de 1994, fica-se sem aprender nada."

Presidente da Assembleia:

"É evidente que o Plano de Actividades tinha que ser incluído nesta oportunidade, porque de acordo com o que de facto está legislado, ele devia de ter entrado na reunião ordinária de Dezembro, e seria um mecanismo um bocado complexo estar a introduzir a discussão e aprovação do Relatório de Actividades de 94, antes deste Plano; se esse Relatório de Actividades de 94, tivesse sido apresentado mais cedo, teria havido oportunidade de facto de o discutir antes do Plano, em todo o caso isso não aconteceu, tenho informação dos Serviços Municipalizados de que de facto o Relatório está pronto e que será apresentado quando o de 95, em todo o caso certamente não estaria pronto a tempo de ser discutido antes desta reunião ordinária, que eu devo recordar devia de ter sido feita em Dezembro e só não foi porque os trabalhos se prolongaram até agora."

Vogal Vitor Mangerão:

"O Presidente da Assembleia Municipal não fez mais que cumprir a sua estrita obrigação de incluir na calendarização própria estes pontos, a questão não está aí, a questão é que estão por aprovar, estão por apresentar, não sei se estarão ainda por fazer, contas de 1994, e decorreu todo o ano de 95, sem que elas fossem apresentadas, mas também sem que fosse exigido nesta Assembleia que elas fossem apresentadas, aqui é que acontece o problema, isso não tem a ver com o Presidente da Assembleia Municipal; se chegámos a este ponto, é uma oportunidade tão boa como outra qualquer, embora tardia, da questão ser clarificada, não vale a pena transformarmos isto numa questão nem protocolar, nem de metodologia, nem de calendário, o momento é este, e muito mal ficaria eu de, em nome dos munícipes, ou em nome do decoro, ou em nome fosse do que fosse, fosse aqui insinuado que há coisas graves, comportamentos graves e fôssemos daqui embora a dizer assim, vamos embora hoje não se discute isso, não! vamos discutir hoje isso! portanto eu acho que a propósito da discussão do que já se pretende que seja um Plano e um Orçamento para 96 com base numa gestão de 95 que só será controlada em discussão lá para Março, mas tendo como

pressuposto a ausência de contas de 94, a pretexto disso tudo, vamos falar das coisas de 94, há contas há! não há contas, não há porquê? quem souber alguma coisa que o diga aqui claramente, mas então que seja já hoje."

Vogal António Salavessa:

"O meu entendimento sobre esta matéria coincide com o entendimento da Mesa, isto é, trata-se de um documento autónomo que não inclui saldos de contas anteriores, prevê receitas para o ano de 1996, prevê despesas e investimentos para o ano de 1996 e seguintes, portanto não se trata de um documento que exija a continuidade e não é por acaso que, tal como já foi referido ele é discutido antes da aprovação das contas do ano transacto; a questão política que se coloca em torno da não aprovação das contas de 1994, não implica obrigatoriamente a não discussão do Plano Plurianual que temos aqui à nossa frente, são questões completamente diferentes e só como sansão política e não com qualquer outra leitura, só como sansão política se justificava a não discussão, isso, como é evidente, é independente do resultado desta discussão."

Vogal João Pedro Dias:

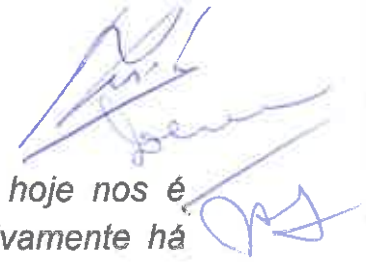
"Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia, fiquei surpreendido e dei comigo a prestar uma maior atenção do que normalmente presto aos trabalhos, quando o Sr. Dr. Raul Martins, anunciou com toda a solenidade uma declaração que nós julgávamos carregada de importância, uma declaração, enfim, sobre assuntos importantes, vejo que o Sr. Dr. Raul Martins, afinal, veio-nos contar uma história. Veio-nos contar uma história, com todo o respeito, uma história que não colhe: não colhe a história, não colhe o exemplo, não colhe a analogia, não percebi, talvez o defeito seja meu, não percebi qual a analogia entre a Câmara Municipal e o dono da quinta, mas, ultrapassando essa questão, centrando-me no conteúdo da intervenção feita e no problema levantado, também isso me deixou um pouco preocupado, e deixou-me um pouco preocupado porque penso que o Sr. Dr. Raul Martins, perdoe-me que lhe diga, até pela sua especial habilitação, pela sua especial formação nestas áreas e nestas matérias, penso que tinha obrigação de ter uma postura diferente, e sobretudo de não advogar um procedimento que a ser aprovado conduziria no limite, à paralização

completa da actividade dos órgãos municipais. Porque é evidente que, pela sua lógica, como não estão aprovadas as contas de 94, aqui del-rei, o exercício pára, a vida municipal pára, não se aprovam documentos, não se perspectiva o futuro. Como já aqui foi dito e muito bem, uma coisa não tem nada a ver com outra; também nós pretendemos que a situação que está para trás, também nós pretendemos que a situação subjacente às contas de 94 e às de 95 sejam aclaradas, sejam discutidas, mas vemos que isso não tem rigorosamente nada a ver com a situação que se perspectiva, o que está em causa não é uma ligação entre documentos. É evidente que podemos levar a discussão para o campo político, mas querendo levar a discussão para o campo político, assumamos completamente essa postura, o que está em causa do nosso ponto de vista, é a possibilidade de em primeiro lugar dar cumprimento a uma norma legal que manda que estes documentos sejam discutidos e analisados nesta data, porque reparemos o seguinte, esta Assembleia no exercício dos seus poderes e das suas competências pode "ad eternum" reprovam as contas dos anos anteriores; as contas de 1994, Sr. Presidente, Srs. membros da Assembleia, podem nunca mais ser aprovadas, a Assembleia pode permanentemente reprovam essas contas... e então? não se aprovavam mais Planos? não se aprovavam mais documentos para os anos seguintes? creio que isto era uma situação que raiava o absurdo, perdoe-me que lhe diga Sr. Dr. Raul Martins, creio que V. Ex^a tinha especial dever de não induzir a Assembleia a poder ir para esses caminhos.

Era uma nota que não queria deixar de dizer com toda a consideração, mas também com toda a frontalidade como estas questões se impõem, penso que relativamente a esta questão prévia, o Sr. Presidente da Mesa e a própria Mesa actuaram em conformidade com a lei e, agora ao que sei estribados até em pareceres de entidades completamente isentas."

Vogal Custódio Ramos:

"Querida de certo modo reforçar a posição que o Dr. Raul Martins expressou, obviamente que ele não precisa de reforço no campo técnico, contabilístico e legal nesta matéria, não recebe certamente lições de nenhum de nós, mas o reforço é no plano da solidariedade e nomeadamente no plano político; temos que convir que houve no mínimo negligência dos órgãos da administração municipal em torno deste tema;


nós para avançarmos para a discussão do documento que hoje nos é submetido à apreciação, teríamos que dar um salto, e efectivamente há uma lacuna que importa referir e registar aqui, no plano técnico e contabilístico; mas o que importa fundamentalmente é, primeiro: dizer aos responsáveis que tiveram a amabilidade de consultar a CCRC, que esta Assembleia não se deixa comandar por nenhuma CCRC na condução dos seus trabalhos, não precisava do seu parecer; depois há uma questão fundamental que é o compromisso ético, pessoal e político que algumas pessoas nomeadamente o Sr. Eng^o Vitor Silva, assumiram perante esta Assembleia em trazer cá o Relatório da Auditoria que foi determinado em função da avaliação e da apreciação formuladas por esta mesma Assembleia e efectivamente a sanção como já foi dito é no mínimo de ordem política e tem que ser severa e tem que ser efectivamente sublinhada nesta matéria; e para avaliarmos o documento que se segue tínhamos efectivamente que ter bases para formularmos um juízo em ordem aos investimentos e à fonte de receitas dos Serviços Municipalizados para o próximo ano."

Vogal António Salavessa:

"Sr. Presidente, caros colegas da Assembleia Municipal, o nosso Regimento no seu artigo nº 2 ao transcrever a lei, dá entre as competências da Assembleia Municipal, votar moções de censura à Câmara Municipal a fim de permitir a formulação e a divulgação de juízos negativos e reprovativos da acção da Câmara Municipal ou da actuação individual de qualquer dos seus membros; ora, se se trata de sancionar politicamente um comportamento, um determinado comportamento da Câmara ou de qualquer dos seus membros, há mecanismos legais e regimentais que permitem a expressão desse juízo negativo e desde já afirmo que se a bancada do Partido Socialista quiser avançar com um voto de censura, tendo como razão esta matéria, que eu considero particularmente grave, a de estarmos ainda sem aprovar as contas de 1994, pode contar com o meu voto favorável a essa moção de censura e à expressão desse voto negativo, agora não transformemos a discussão de um documento que não é obrigatoriamente ligado a um documento diferente de 94, não façamos dessa discussão a sanção política que não o deve ser. Agradecia também ao Dr. Raul Martins, que exprimisse o seu raciocínio completo quando diz que tem mais elementos para esta


discussão comprovativos das razões eventuais da não aprovação das contas antes da discussão deste Relatório.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Élio Maia.

Vogal Raul Martins:

"Vou dizer algumas coisas muito breves sobre aquilo que penso, sobre o que é que acho, qual é a razão de fundo que está por trás da não apresentação das contas antes do Plano de Actividades.

Como todos bem se lembram quando o Relatório de Gestão e Contas de 94 dos Serviços Municipalizados de Aveiro foi aqui apresentado, foi rejeitado basicamente porque as contas não apresentavam qualquer fiabilidade e porque inclusivamente os valores nelas inscritos eram impossíveis, encontravam-se por exemplo discrepâncias entre os valores do primeiro membro do balanço e o segundo membro do balanço, discrepâncias entre as origens e aplicações de fundos, que como sabem é impossível em termos contabilísticos, nesse sentido e de uma forma que me apráz realçar, esta Assembleia quase sem discutir esse Relatório decidiu que os Serviços Municipalizados fizessem as diligências necessárias no sentido de apresentar contas correctas e para isso sugeriu que se fizesse auditoria e certificação dessas mesmas contas. Tanto quanto sei foi contratada uma empresa para fazer aquilo que se chama uma auditoria simples. Tenho comigo os Relatórios dessa auditoria e para que as pessoas aqui compreendam exactamente o que é uma auditoria eu vou ler um parágrafo do documento subscrito pela empresa Ernest & Young: uma auditoria inclui a verificação por amostragens, de evidência comprovativa dos valores e informações constantes das demonstrações financeiras e inclui também a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e a avaliação das estimativas significativas efectuadas, bem como da apreciação global da informação constante das demonstrações financeiras; isto é, uma auditoria vai basicamente dizer se aquele documento que é apresentado merece ou não alguma credibilidade, se os auditores confirmam ou não o valor que neles estão inscritos. Diz também nesse Relatório: "os nossos exames revelaram diversos erros e omissões nas contas etc, etc., o que aliás nós aqui já tínhamos dito, ao fim e ao cabo a apreciação desta Assembleia foi uma primeira auditoria com os documentos disponíveis, às contas. Não me vou alongar sobre o documento, que espero que todos o leiam com atenção, quando os


Serviços Municipalizados se dignarem a distribuí-lo a esta Assembleia, mas gostaria de dizer por exemplo: como sabem, o balanço tem dois membros, um é o activo e o outro o passivo, e, vamos ver muito sucintamente o que é que os auditores dizem por exemplo do activo desse balanço: o activo, segundo este Relatório, apresenta um valor de um milhão, setecentos e cinquenta e um mil, duzentos e treze contos, dividido por várias rubricas: primeira grande rubrica - "Imobilizado - Imobilizações Corpóreas" - um milhão trezentos e trinta e três mil contos, oitocentos e sessenta e cinco escudos; os auditores não confirmam este valor. Segunda rubrica: "Circulante-Existências", valor de cento e seis mil, seiscentos e noventa e um contos: os auditores não confirmam o valor e também dizem que nem sequer é possível calcular o montante de provisão para custeação de existência. Depois temos dívidas a terceiros, de médio e longo prazo; Outros Devedores, os auditores dizem que inclui a dívida à EDP pelos valores constantes da escrita dos Serviços Municipalizados, em 31 de Dezembro de 1990, isto também é interessante, porque ouvi aqui dizer que ninguém tinha ouvido nada sobre dívidas dos S.M. à EDP, afinal estavam lá os documentos, parece que perfaziam num montante já líquido, um milhão e setenta e cinco mil contos; nas dívidas de terceiros a curto prazo, Clientes, os auditores dizem...

Presidente da Mesa:

"Desculpe-me, permita-me que lhe lembre que de facto o documento que estamos a apreciar não é esse, eu tenho estado a dar-lhe oportunidade de desenvolver a sua intervenção, uma vez que considero que tem em vista o esclarecimento das pessoas para poderem votar com maior conhecimento, com maior base o Plano para o próximo ano; em todo o caso agradecia que fosse breve na sua intervenção uma vez que vai ter oportunidade de a desenvolver quando for oportuno."

Vogal Jorge Nascimento:

"Um ponto de ordem. Eu requeria que a Mesa recomendasse ao Sr. Dr. Raul Martins a maior brevidade neste assunto, até porque ele está a ler um documento, que eu me sinto incapaz de rebater, pela simples razão de eu não o conhecer, portanto ele debita aqui aquilo que porventura será de autoria dele; acho que a luta deve ser igual, o debate, e portanto é de elementar justiça que o Sr. Dr. Raul Martins permita que todos os elementos desta Assembleia, designadamente eu, sejam portadores do

mesmo documento, para que em igualdade de suporte, se poder fazer uma luta e um debate verdadeiramente igual e justo."

Vogal Raul Martins:

"Este é o raciocínio lógico que eu pretendo desencadear no sentido de provar porque é que acho que foi aqui apresentado primeiro o Plano ao invés de serem apresentadas as contas; na base desse raciocínio tenho de apresentar alguns argumentos. Se o documento não foi distribuído, penso que é mais uma grande infelicidade dos serviços..."

Presidente da Mesa:

"Ele será distribuído na altura em que fôr para ser discutido."

Vogal Raul Martins:

"Concluindo quase e já que não me deixam falar mais das rubricas do activo, eu poderia dizer que existe uma rubrica de "Clientes" de que os auditores informam que não existe um controle contabilístico adequado que permita concluir satisfatoriamente sobre os débitos de clientes; existe uma rubrica "Câmara Municipal" que diz: referem-se apenas a fornecimentos de águas e energia de 93 e 94; a Câmara Municipal habitualmente não paga estes débitos e não se conhece protocolo para a sua regularização; neste caso também não é confirmado. Existe depois uma outra rubrica interessante, mas falaremos na altura oportuna, que é uma rubrica de depósitos bancários e de aplicações financeiras, que iremos ver na altura oportuna; isto é, os auditores verificaram maioritariamente que as contas não merecem fiabilidade, não as confirmam, isto é, dizem que não se responsabilizam por aqueles valores que lá estão, serem certos, é isso exactamente que dizem no Relatório da Auditoria. Acontece que os auditores dizem também no Relatório que não auditaram a demonstração de resultados, e dizem também que nada fizeram quanto às contas de anos anteriores.

De posse deste documento o que é que fizeram os Serviços Municipalizados? encaixotaram-no bem encaixotadinho e dizem: vamos pegar neste documento, é um documento assinado pela Ernest & Young, não confirma nada, mas também não vamos fazer mais nada, isto é, pararam por aqui e nada fizeram no sentido de certificar as contas e nomeadamente na recomendação que a própria auditoria fez, que foi de: "vejam lá como é que estão as contas e nomeadamente façam as

alterações que julguem oportunas" - nada fizeram os Serviços nesse sentido.

Se nada foi feito sobre as contas dos anos anteriores e os Serviços justificam-se em informação, dizendo que se perderam os papéis e que não existem papéis dos anos de 92 e que se perderam muitas informações informáticas do ano de 93, então, isso leva-nos a concluir que ao fim e ao cabo no passado, já fomos aqui ludibriados porque nos foram apresentados documentos sem suportes, pois se os papéis se perderam naquela altura..., mas o mais interessante é que não havendo, nem se debruçando os auditores sobre as contas de 93 e, sendo as contas de 93 que aqui levantaram o principal escândalo nesta Assembleia, elas devem permanecer na mesma, permanecerão quase de certeza na mesma, são contas não auditadas e não permitem pelo menos, que se faça, podem permitir-me tudo, pode-se apresentar o balanço, pode-se apresentar uma demonstração de resultados, mas, o que não se pode de certeza absoluta, é apresentar um dos documentos finais de prestação de contas que é a origem e aplicação de fundos, porque essa origem e aplicação de fundos só é calculada quando se pouparam valores de dois anos sucessivos.

Sr. Presidente, de facto as contas no meu entender não foram aqui apresentadas anteriormente, porque elas ainda não podem ser apresentadas e não me venham com a teoria que a Administração dos Serviços e a Câmara Municipal aprovaram esse documento, porque também tinham aprovado o outro documento anterior que foi aqui rejeitado. Gostaria de tecer muito mais sobre isto, Sr. Presidente, mas não me vou alongar porque penso que muitas vezes é perder cera com mau defunto.

Relativamente ao Plano, vou apenas dizer duas frases: como se depreende dos documentos que foram apresentados os Serviços Municipalizados estão em situação de falência técnica, nas contas apresentadas no Plano que são as contas previsionais de 1995 e de 96; mais interessante é constatar, na página cinco do Plano que nos foi apresentado: "Balanço Previsional", encontram o capital próprio "Reservas e Resultados" apresenta um valor negativo em 96 de quinhentos e noventa e três mil, quinhentos e quarenta e um contos e em 95, de quinhentos e dois mil, cento e oitenta e um contos. Quando uma empresa ou serviço, tem o capital próprio negativo, significa que está em falência técnica, isso significa grosso modo que, se vender tudo o que tem pelos valores do

balanço e pagar tudo o que deve pelos valores do balanço, depois de fazer isso falta este valor negativo do balanço. E, mais interessante é que uma empresa, uns serviços, em situação de falência técnica apresentam então um grande Plano, e o grande Plano é este: nós em 1995, estamos falidos, mas descansem que durante o ano de 1996, vamos fazer um grande esforço para ainda ficarmos mais falidos. É isto que o documento aqui apresentado nos diz: a falência que era de quinhentos e dois mil contos, passa a quinhentos e noventa mil, uma vez que se estima, mais uma vez, um resultado negativo para os S.Municipalizados."

Vogal João Pedro Dias:

"É para dizer ao Sr. Deputado, Raul Martins que na sua intervenção não foi particularmente brilhante, mas isto todos nós temos dias maus, quero-lhe dizer que sei perfeitamente o que é uma situação de falência técnica, agora o que me parece que V. Ex^a não sabe é que estamos a falar de entidades publicas, nomeadamente autárquicas que têm que suportar o peso de um serviço público, e aquilo que me parece que V. Ex^a não sabe e tinha obrigação de saber, é que não pode analisar o balanço de um órgão público, de acordo com os critérios de uma empresa privada, a designação e a distinção de V. Ex^a relativamente à falência técnica está correcta, acontece que os S.M. não são uma empresa no sentido técnico comercial, têm uma aproximação em termos de definição jurídica, agora sobre elas impende uma componente de serviço público que de todo impede que apliquemos à análise das suas contas, os critérios que aplicamos à análise das empresas comerciais normais, isto, perdome, eu creio que V. Ex^a também tinha obrigação de saber."

Vogal Raul Martins:

"Afinal eu tenho dias maus, enfim... uns têm dias maus, outros se calhar têm dias piores. De facto aquilo que corresponde ao serviço público é no caso dos S.M. de Aveiro, suprido por transferências da Câmara Municipal para os Serviços Municipalizados, daquilo que prestam de serviço público, e fico por aqui, não respondo a mais nenhuma observação."

Vogal Diogo Machado:

"É só para esclarecer a Assembleia de que a bancada do PP não tentou de maneira alguma impedir a discussão do que quer que seja, a bancada do PP insiste e exige tanto como qualquer uma aqui presente,

que esses números venham aqui a ser apresentados e venham aqui a ser discutidos; o que a bancada do PP não pode permitir, nem aceita é de que de maneira alguma se faça aqui uma exposição em nome individual levantando-se algumas suspeitas que eu considero graves, e ainda por cima não concretizadas, com base num documento que nenhum dos Srs., eu pelo menos e a nossa bancada toda não tem conhecimento."

Vogal Custódio Ramos:

"Sr. Presidente, Srs. Membros desta Assembleia, eu que sou leigo nesta matéria, queria fazer muito concretamente uma pergunta ao Sr. Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados e que era a seguinte: era a de saber se nos mapas constantes do Plano, sempre que se diz exercício de 95 e ao lado de 96, mas a pergunta é relativamente a 95, é saber se os números que constam em qualquer destes mapas referentes a 95, se eles resultam de um acerto, obtido já em função dos trabalhos da auditoria, ou se porventura assentam nos números que foram apresentados aqui em Abril e rejeitados, ou, terceira hipótese se assentam numa ou outra estimativa qualquer, de um qualquer funcionário técnico dos Serviços Municipalizados; esta questão é importante porque, qualquer que seja a resposta, leva-nos a concluir que este documento não tem nenhum rigor, e vejamos, se assenta nos documentos que foram chumbados, obviamente não tem credibilidade, se assenta nos documentos resultantes da auditoria, obviamente que esta Assembleia terá dúvidas em os aceitar, tanto mais que não conhece o dito documento da auditoria."

Vereador Vitor Silva:

"Sr. Presidente, são questões de ordem técnica e eu gostava antes demais fazer uma referência, porque dá a impressão que os Serviços Municipalizados para além de não saberem o que andam a fazer, andam a delapidar o erário público, cuidado com isso, porque trata-se aqui apenas de termos formais de ordem técnica e que eu não tenho formação nessa matéria, estou assessorado por um economista que enfim, também cometeu os seus erros nesta matéria, na auditoria que foi feita e porque houve a preocupação que foi levantada aqui nesta Assembleia o problema da EDP, e que se teve que ir buscar a 82 e que desse ano para cá a contabilidade era outra, nem sequer havia registos, e numa tentativa de clarificar o mais possível ir buscar os elementos o mais possível

disponíveis para que não ficassem dúvidas na cabeça de ninguém, nomeadamente o Dr. Raul Martins, que também tem muitas dúvidas àcerca disso, não queria que ficassem dúvidas na cabeça de ninguém seja de que maneira fôr e ainda quanto à documentação dos Serviços Municipalizados estão disponíveis para dar todos os elementos que sejam necessários, a qualquer hora do dia, nas horas normais de serviço.

Em relação à questão que o Sr. Custódio Ramos, põe concretamente, qualquer deles são dados previsionais, nomeadamente de 95 são dados previsionais, mas já com rectificações introduzidas com base nos conselhos da auditoria, mas de qualquer das maneiras são dados previsionais, porque o ano de 95 só fecha em Dezembro e isto foi feito no Plano que se segue."

Entretanto deu novamente entrada na sala o Vogal Olinto Ravara.

Vogal João Pedro Dias:

"A questão que eu ponho e porque eu também sou leigo na matéria, dirijo-a directamente ao Sr. Vereador responsável e naturalmente aos seus assessores, e da resposta à questão que ponho derivará o sentido do voto e a posição que vamos assumir e penso que da resposta a esta questão deve estar dependente o sentido de voto desta câmara, a pergunta que eu formulo é esta: o facto de as contas de 1994 ainda não estarem definitivamente aprovadas, constitui óbice técnico a que seja aprovado o documento que nos é proposto?

Empíricamente e intuitivamente tenho uma opinião, gostava que tecnicamente isso me fosse respondido, porque da resposta a essa questão, vai derivar naturalmente o sentido de voto. É evidente que se me fôr dito que tecnicamente não se pode aprovar o documento que nos é presente, porque não estão aprovadas as contas de 94, então obviamente o sentido de voto é um; se me disserem que isso não implica aprovação desse documento, obviamente o sentido de voto poderá ser outro. Era esta questão muito concreta que eu gostava que me fosse respondida e que penso que esclarecerá a própria câmara em toda a extensão, penso que é isso que está em causa."

Presidente da Assembleia:

" Se eu percebi a sua dúvida, já foi aqui dito que nós aprovamos Planos sem conhecer o Relatório do ano anterior, portanto o

Plano não é aprovado com base no conhecimento dos resultados anteriormente obtidos, isto é verdade, e isto é o que determina a lei, agora que me diga: mas o que está em causa não é o ano de 95 é o ano de 94, certo, portanto o diferencial em tempo é maior, mas a lógica está na mesma subvertida, mas isso é por motivo do que a lei determina, portanto acho que não há dúvida que não há qualquer objecção quanto à discussão e votação do Plano para 96, independentemente dos resultados obtidos anteriormente, quer ano de 95, quer ano de 94 ou 93 ou 92."

Vogal Jorge Nascimento:

"Queria esclarecer que quando intervi, não achei justa e leal a intervenção do Sr. Dr. Raul Martins, na medida em que utilizava um documento, debitava aqui uns certos valores constantes desse documento, documento esse que eu não conhecia e eu achei que a luta seria desigual e aqui reitero expressamente aquilo que disse, estava ele a servir-se de um documento que deveria ser conhecido de todos e eu teria ficado impotente de o rebater pela simples razão de o não conhecer. Foi este o exacto sentido da minha intervenção.

E tenho razões, devo dizer, em relação a uma intervenção ulterior do Sr. Dr. Raul Martins, inclusivamente para duvidar, inclusivé da boa fé com que aqui carrega esses elementos, e vou-lhe dizer porquê e em concreto em relação a uma peça deste documento que está em discussão, na medida em que conhece tão pormenorizadamente esses valores, decerto há-de conhecer que há um valor neste balanço previsional que altera completamente aquilo que o Sr. Dr. disse, vou-lhe dizer o seguinte: não há falência técnica nenhuma porque o Sr. Dr. sabe muito bem que este valor que aqui consta: Fornecedores, Conta Corrente, EDP, um milhão trezentos e trinta e três mil, oitocentos e quarenta e três contos, não é real. Este valor que aqui consta é o resultante, pelo que sei, e o Sr. Dr. também deve saber, tem melhor informação até do que eu, este valor resulta de toda a facturação que a EDP fez aos Serviços, de 1982 até aqui, mas o Sr. Dr. sabe muito bem que há negociações em curso com a EDP que virá a reduzir substancialmente este valor e que o situará na ordem de quase nada, de quase nada sublinho, e portanto longe de haver falência técnica há sim uma situação líquida activa, portanto uma situação líquida passiva, o que quer dizer que balanceia com o passivo, o que quer dizer

que o capital próprio é válido e não é negativo, na ordem dos oitocentos e tal mil contos."

Vogal Raul Martins:

"Reconheço que a argumentação do Sr. Dr. Nascimento é válida e é uma apreciação correcta, mas Sr. Dr. Nascimento, não fui eu, não foi o Sr., foram os Serviços após o Relatório da auditoria que inscreveram esse valor, que fizeram aprovar nos Serviços Municipalizados esse valor e que aprovaram na Câmara esse valor, e, se eu tenho o documento e o Sr. Dr. não o tem eu vou-lhe dizer porque é: perdoe-me Sr. Dr., mas eu aqui fui mais diligente que o Sr. Dr., porque estes documentos são públicos, porque a partir do momento em que as contas são aprovadas na Câmara Municipal de Aveiro, os documentos passam obviamente a ser públicos; é óbvio que o Sr. me dirá: mas eu sei por linhas travessas, e aí tem que me explicar que linhas travessas são, porque isso não são documentos oficiais, que afinal a dívida não é de um milhão trezentos e trinta mil, é o que o Sr. me diz, mas eu não me fio em linhas travessas, contrariamente àquilo que o Sr. Dr. faz, eu fio-me nos documentos oficiais, que foram aqueles que foram apresentados e foram aqueles que foram aprovados."

Vogal António Salavessa:

"Vinha preparado para discutir substância, talvez inadvertidamente fui induzido nesta ideia, em parte por não ter participado na discussão de Maio e pelo carácter pacífico da deliberação camarária em que esta questão foi votada por unanimidade pelos Vereadores do PS, pelos Vereadores do PSD, portanto parecia-me que era uma coisa relativamente pacífica; eu queria vir aqui para aprovar acções previstas no Plano de Investimentos, que são necessárias, o alargamento da rede de saneamento e de abastecimento de água, as Etar's, a renovação da frota de autocarros, eu queria aprovar todo este conjunto de questões, queria aproveitar este ponto da ordem de trabalhos para questionar sobre o sistema do Carvoeiro, nomeadamente a concessão a entidade privada e saber se os interesses municipais estão a ser devidamente salvaguardados, queria fazer isso tudo, mas é óbvio que a discussão resvalou noutro sentido, resvalou para um sentido aparentemente técnico, mas que de facto não o é; durante a discussão, por vários oradores foi questionada a veracidade, o mínimo de veracidade ou de razoabilidade

111
dos números que me são dados em relação ao Plano de Investimentos, ora, caso os números não sejam comprovados, não sejam razoáveis, também não o são as acções que estão previstas no Plano; portanto não faz sentido estar a aprovar acções que não estão devidamente justificadas em números; daí, sem alterar o entendimento que levou a dar o parecer de que esta questão devia de ser agendada, neste momento entendo que não devo votar este Plano Plurianual de Investimentos."

Neste momento saiu da sala o Vogal João Tavares.

Vogal Olinto Ravara:

"Sr. Presidente, peço desculpa, mas tive que me ausentar e já não tive oportunidade de assistir ao início da discussão que entretanto já me apercebi que se gerou relativamente aos Serviços Municipalizados. Fiz a minha leitura do Plano de Actividades, do Orçamento, da Demonstração Previsional de Resultados e cheguei a algumas conclusões que de facto me põe em dúvida a fiabilidade do que foi aqui apresentado; as contas estão erradas, o balanço, a demonstração de resultados, está errado. Mais uma vez se reproduziram os mesmos erros que basicamente detectámos o ano passado. Não tenho muito a dizer quanto ao Plano anual de Investimento, porque traduz na maior parte acções que vêm do passado, no entanto dadas as magras transferências financeiras da Câmara Municipal para os serviços no ano transacto, que eu poderia computar como sendo inferiores a 50% do que estava previsto, portanto é natural que uma boa parte do que aqui está a título indicativo que não venha infelizmente a ser cumprido, mas isso é outra história, não quero fazer processos de intenções, quero apenas reportar-me na verdade àquilo que observei e que não foi agradável, não tive oportunidade de ler o texto da auditoria, portanto estou completamente a leste daquilo que lá está dito, no entanto me parece que aquilo que aqui está apresentado a esta Assembleia Municipal, no meu entender, com muito boa vontade não pode ser aprovado, terá que ser posto à votação, temos que nos ater àquilo que aqui está apresentado, e, em relação a isso a minha opinião é de que de facto a câmara deveria reprová-lo este Plano Plurianual de Investimento, sobretudo o Orçamento Financeiro e a Demonstração Previsional de Resultados."

Entretanto saiu da sala o Vogal João Barbosa.

Paulo
João
Cruz

Seguiu-se uma breve troca de impressões, posto o que, o Sr. Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia o ponto nº 4 da agenda de trabalhos: *SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO, ORÇAMENTO FINANCEIRO DE DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DE RESULTADOS PARA 1996*, tendo o mesmo merecido aprovação por dezassete votos a favor do PP e doze votos contra, sendo sete do PSD, quatro do PS e um da CDU.

Seguiram-se declarações de voto dos seguintes Vogais:

Do Vogal Armando Vieira, nos seguintes termos:

"Obviamente votei contra este Plano por não considerar a freguesia de Oliveirinha no Plano de Actividades do presente ano e porque além de mais, entendo que a não execução de algumas obras que estão aqui indicadas para 1997, vão pôr em causa a execução do Plano de Actividades da Câmara Municipal que eu votei favoravelmente e este é o meu voto de protesto, em representação do povo da freguesia de Oliveirinha."

Do Vogal João Pedro Dias, nos seguintes termos: - *"Sr. Presidente, nós votámos a favor do documento que nos foi apresentado e com o nosso voto não queremos significar de maneira nenhuma uma menor preocupação com todos os problemas conexionsados com as contas de 94 e aproveitamos esta oportunidade para pedir à Câmara Municipal, que o mais breve possível apresente a esta Assembleia os documentos que permitam regularizar a situação."*

Do Vogal Cruz Tavares, nos seguintes termos: - *"Votámos contra este Relatório, porque considerámos haver uma lacuna inultrapassável, que levou de facto a bancada e, neste caso a oposição, a votar unânimemente contra o documento. No entanto esta lacuna que nós consideramos inultrapassável, não impediu que a bancada do PP assumisse em exclusivo a responsabilidade e o ónus de aprovar um documento que consideramos sem bases sólidas de análise."*

Terminados os trabalhos o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia a minuta da acta respeitante a esta reunião, tendo a mesma merecido aprovação por unanimidade e cujo texto se anexa fazendo parte integrante da presente acta.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião.

Era 1 Hora e 20 minutos do dia 10.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que, no que fôr omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.



Handwritten signatures in blue ink:

- Top signature: José Luís
- Middle signature: José Correia
- Bottom signature: Paula Silva

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 45

ACTA EM MINUTA DA QUARTA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO
MÊS DE DEZEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

Aos nove dias do mês de Janeiro de mil novecentos e noventa e seis, realizou-se a quarta reunião da sessão ordinária do mês de Dezembro da Assembleia Municipal de Aveiro.

Dando cumprimento à Ordem de Trabalhos foram abordados os seguintes pontos que após discutidos mereceram a seguinte votação:

3 - CÂMARA MUNICIPAL PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 1996;

APROVADO POR MAIORIA DE 23 VOTOS A FAVOR,
2 VOTOS CONTRA E 3 ABSTENÇÕES.

4 - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO, ORÇAMENTO FINANCEIRO E DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DE RESULTADOS PARA 1996.

APROVADO POR MAIORIA DE 17 VOTOS A FAVOR,
12 VOTOS CONTRA E ~~ABSTENÇÕES~~

